



PRESS RELEASE

Comunicado à Imprensa | 7 de dezembro de 2018 | 20:00 horas

**Saída do grupo parlamentar do PS, demissão de Vice-Presidente da COFMA,
mas manutenção na AR como deputado “não inscrito”**

Nunca ambicionei um cargo político e a minha entrada na AR como deputado foi acidental. Como é sabido, tudo começou pelo convite do PS para integrar o grupo de economistas coordenado por Mário Centeno para prepararmos o cenário macroeconómico que entregámos em abril de 2015, e que enquadrou a parte orçamental do programa eleitoral do PS. Mais tarde António Costa convidou alguns dos elementos independentes desse grupo (Centeno, Caldeira Cabral e eu próprio) a integrar a lista de deputados.

Depois de mais de três décadas na academia, ensinando entre outras coisas, economia das instituições (incluindo economia política), e tendo uma curiosidade académica pelo funcionamento do sistema político considerei útil esta mudança temporária de atividade como duplamente interessante: ao mesmo tempo que poderia contribuir como deputado para a atividade legislativa e fiscalizadora do executivo, poderia compreender melhor o funcionamento da principal “casa da democracia”.

Nestes três anos, assumi completamente a exclusividade do meu mandato e dei o que sei quer no grupo parlamentar do PS (a que aderi por opção natural no início do mandato) quer na COFMA, onde tenho assumido a vice-presidência, quer na comissão da transparência.

Dediquei-me na medida das possibilidades a Setúbal, círculo por onde fui eleito, e não tive tempo para a comissão de assuntos europeus (onde sou suplente).



Cumpri e continuarei a cumprir, escrupulosamente, a disciplina de voto e o compromisso ético que subscrevi antes de ser eleito como deputado independente nas listas do PS.

Acontece que, particularmente nos últimos dois anos, a atitude do governo perante o GPPS tornou-se mais paternalista (vidé todo o processo de descentralização), e os meus votos “desalinhados”, mas justificados em declarações, levaram a um afastamento mútuo entre mim e a direção do GPPS.

Quando a direção do GPPS não dá a palavra em plenário, ao seu Vice-Presidente da COFMA, nos debates mais importantes sobre finanças públicas (OE2019 e Programa de Estabilidade), como aconteceu este ano, e não esclarece porque é que certas propostas de alteração ao OE2019 são rejeitadas, está esclarecido o lugar que a direção do GPPS atribui ao seu Vice-Presidente.

Fiz questão de participar ativamente neste quarto e último OE da legislatura. O meu apoio a este governo, com a crítica construtiva e a divergência, sempre que necessária, é inquestionável. Apenas esse apoio deixará de ser feito através do GPPS, onde fiz alguns bons amigos e tenho elevada estima por muitos outro(a)s colegas.

Neste contexto, não me resta outra opção que não demitir-me da Vice-Presidência da COFMA, sair do GPPS e tornar-me deputado “não inscrito”. Neste sentido comuniquei a decisão ao Secretário Geral do PS António Costa, ao Presidente do Grupo Parlamentar Carlos César e entreguei uma carta para o Presidente da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues no sentido de dar início ao processo de saída do GPPS e à transição para deputado “não inscrito”.

Assembleia da República aos 7 de dezembro de 2018

Paulo Trigo Pereira